

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
COGEAE PUC-SP

Criação da ideologia anticomunista no Exército Brasileiro durante seu processo de modernização.

Rafael Martins Lara

São Paulo, 2013

Rafael Martins Lara

Criação da ideologia anticomunista no Exército Brasileiro durante seu processo de modernização.

Monografia apresentada como requisito parcial para aprovação no Curso de pós-graduação lato sensu em História, Sociedade e Cultura, sob Orientação da Profa. Dra. Maria Aparecida de Paula Rago.

São Paulo

2013

Sumário

INTRODUÇÃO.....	04
 CAPÍTULO 1 - MOVIMENTOS SOCIAIS OCORRIDOS DURANTE O INÍCIO DA DÉCADA DE 1920.....	 06
1.1 Origem e formação do Partido Comunista do Brasil.....	06
1.2 Revoltas ocorridas durante os anos 1920.....	08
1.3 Luís Carlos Prestes.....	11
1.4 O Movimento de 1930 e a Aliança Nacional Libertadora.....	12
1.5 Levante Comunista de 1935.....	17
 CAPÍTULO 2 - EXÉRCITO BRASILEIRO: MODERNIZAÇÃO, OFICIALIDADE E MISSÃO FRANCESA.....	 20
2.1 O Positivismo e o Exército Brasileiro.....	20
2.1.1 A Influência positivista no Exército Brasileiro.....	21
2.2 Início do processo de modernização do exército brasileiro.....	23
2.3 Oficialidade no Exército Brasileiro e missão francesa.....	25
2.4 Militares e Sociedade Civil.....	29
 CAPÍTULO 3 - CRIAÇÃO DA IDEOLOGIA ANTICOMUNISTA.....	 31
 CONCLUSÃO.....	 38
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	 40

Introdução

O objetivo é percorrer o caminho trilhado pelo exército Brasileiro durante o início do século, sua história, seus conflitos até seu processo de reforma e modernização ocorrido na década de 1930. Para isso, faz-se necessário expor a história dos conflitos militares e da situação em que o exército se encontrava para traçar um paralelo com a história do comunismo e poder chegar ao momento da criação da ideologia anticomunista dentro do exército brasileiro.

Coube a Hermes da Fonseca então Ministro da Guerra durante o governo Afonso Pena(1906-1909), que havia sido aluno de Benjamim Constant na Escola Militar do Rio de Janeiro, iniciar os primeiros passos de um projeto de modernização ou reforma do exército em 1908 com a criação de serviços técnicos e administrativos e a instituição do serviço militar obrigatório.

São fincadas nestas reformas os alicerces para o que posteriormente, após 1930, nas mãos de Getúlio Vargas, passaria a ser um processo de modernização que culmina com a declaração do Estado Novo feito por Vargas em 1937. É neste momento que se começa a criar a ideologia anticomunista dentro do exército brasileiro.

A monografia pretende realizar uma análise durante processo de modernização do exército, identificando as origens do anticomunismo nessa instituição, bem como qual o peso que o discurso ideológico anticomunista, surgido nas insurreições de 1935 contribuíram para a modernização do exército.

O estudo será realizado através da análise de obras publicadas da Biblioteca do Exército tais como artigos, teses sobre o tema, revistas do exército, ordens do dia e alocações militares, assim como bibliografia referente ao Partido Comunista durante o período em questão.

É apresentado em três capítulos para que as etapas de cada objeto da pesquisa sejam estudadas minuciosamente de forma a darem corpo ao estudo do surgimento da ideologia anticomunista. No primeiro capítulo serão estudados os movimentos sociais ocorridos durante o período compreendido entre os primeiros anos do século XX, a criação do partido comunista na década de 1920 até os levantes comunistas ocorridos em 1935. O segundo capítulo trata do Exército Brasileiro como instituição de uma maneira

geral, expondo o positivismo no exército, a oficialidade e a missão francesa e tratando da Modernização do exército. Enquanto que o terceiro capítulo trata da criação da ideologia anticomunista dentro do Exército Brasileiro.

De uma maneira geral são abordados nos três capítulos questões políticas e econômicas de forma a dar embasamento quanto a criação e implementação do comunismo no Brasil e suas relações com o exército brasileiro quanto ao comunismo. Nas considerações finais pretendo concluir como ocorreu a institucionalização da ideologia anticomunista dentro do exército brasileiro.

CAPÍTULO 1 - MOVIMENTOS SOCIAIS OCORRIDOS DURANTE O INÍCIO DA DÉCADA DE 1920.

Neste capítulo será abordado inicialmente a gênese do partido comunista do Brasil para, em seguida, mostrar as revoltas ocorridas durante os anos de 1920, dando ênfase é claro para os movimentos chamados tenentistas. O trabalho se inicia na década de 1920 pois é neste contexto em que o comunismo chega no Brasil através do PC do B e, no mesmo ano iniciam-se os levantes tenentistas no Forte de Copacabana.

Entre as revoltas ocorridas priorizamos a do Levante do Forte de Copacabana, pois diz respeito ao início dos chamados levantes tenentistas e a Revolta de São Paulo ou dos Tenentes ocorrida em julho de 1924 que posteriormente entraria na história como a Coluna Prestes.

A seguir faz-se necessário expor parte da vida pessoal e profissional de Luís Carlos Prestes, figura central dos acontecimentos tenentistas durante a década de 1920 e 1930. Ao final é dado o devido destaque à ANL e aos levantes comunistas ocorridos em 1935.

1.1 Origem e formação do Partido Comunista do Brasil

As características dos partidos denominados comunistas foram fundamentadas por Lênin através dos seus escritos na brochura *Que fazer? De 1902 e do livro Um passo adiante, dois passos atrás*, publicado em 1904. Segundo Lênin, o Partido deve ser a vanguarda da classe operária, cujas tarefas são, por uma parte, incorporar às camadas proletárias o socialismo científico e, por outra, dirigir a luta anticapitalista que conduza à ditadura do proletário. E ainda mais, essa vanguarda deveria ser formada por um pequeno grupo de quadros revolucionários que comandassem a luta.

O II Congresso Mundial da Internacional Comunista, celebrado em 30 de julho de 1920, aprovou, entre as suas denominadas 21 condições, a obrigatoriedade de todos os partidos membros se denominarem Partido Comunista de [nome do país] (Seção da Internacional Comunista). No nível organizativo, a III Internacional (1919-1943) foi ainda além e obrigou todos os partidos membros a se organizar por volta dos princípios do

centralismo democrático.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) foi um partido político brasileiro de esquerda, ideologicamente baseado em Karl Marx e Friedrich Engels; e de organização baseada nas teorias de Lênin. Fundado em 1922, seu símbolo, segundo seus estatutos, é uma foice e um martelo, cruzados, simbolizando a aliança operário-camponesa, sob os quais está escrita a legenda "Partido Comunista Brasileiro".

Fundado na cidade de Niterói em 25 de março de 1922 por nove delegados representando cerca de 70 militantes de diferentes regiões do Brasil. Eram eles, Abílio de Nequete (barbeiro de origem libanesa), Astrogildo Pereira (jornalista do Rio de Janeiro), Cristiano Cordeiro (contador do Recife), Hermogênio da Silva Fernandes (eletricista da cidade de Cruzeiro), João da Costa Pimenta (gráfico paulista), Joaquim Barbosa (alfaiate do Rio de Janeiro), José Elias da Silva (sapateiro do Rio de Janeiro), Luís Peres (vassoureiro do Rio de Janeiro) e Manuel Cendón (alfaiate espanhol). O nome de fundação do partido é "Partido Comunista do Brasil", mas seus militantes se referiam a este indistintamente como Partido Comunista Brasileiro e Partido Comunista do Brasil.

Esta reunião de fundação foi o I Congresso do partido, durante o qual foi escolhida a primeira Comissão Central Executiva (CCE composta de dez membros (cinco titulares e cinco suplentes), assim constituída: os efetivos Abílio de Nequete (secretário-geral), Astrogildo Pereira (imprensa e propaganda), Antônio Canellas (secretário internacional), Luís Peres (frações sindicais) e Cruz Júnior (tesoureiros); e os suplentes, Cristiano Cordeiro, Rodolfo Coutinho, Antônio de Carvalho, Joaquim Barbosa e Manuel Cendón. Segundo também seus estatutos, tem sua origem com a fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 25 de março de 1922, porém, seguindo a tendência mundial entre os Partidos Comunistas, em quatro de abril do mesmo ano, é publicado no Diário Oficial da União sua fundação, porém com o nome de Partido Comunista – Seção Brasileira da Internacional Comunista (PC – SBIC).

A história dos comunistas no Brasil ocorreu sempre paralela a do exército Brasileiro. Em 07 de abril de 1922 é publicado no Diário Oficial o registro e os estatutos de uma sociedade civil que se denominava Partido Comunista do Brasil, seção brasileira da Internacional Comunista, com sede na Praça da República, 40, Rio de Janeiro. Em 05 de julho de 1922 foram declarados ilegais pelo então presidente Artur da Silva Bernardes a fim de conter a revolta de um pequeno grupo de oficiais do Forte de Copacabana, a maioria Tenentes, contra seu governo, colocando o país em estado de sítio e os

comunistas na ilegalidade.

1.2 Revoltas ocorridas durante os anos 1920.

Entre as revoltas ocorridas priorizamos a do Levante do Forte de Copacabana pois segundo Paulo Sérgio Pinheiro em "Estratégias da Ilusão" (PINHEIRO, S. Paulo. Estratégias da Ilusão – A revolução mundial e o Brasil, 1922 – 1935. São Paulo, 1991.), foi em julho de 1922 ocorre a primeira revolta que tem uma forte influência dos tenentes, conhecida como os 18 do Forte, que se opunha à posse do presidente eleito Arthur Bernardes. Deste movimento participaram o Capitão Hermes da Fonseca Filho, o Tenente Eduardo Gomes, o Tenente Siqueira Campos entre outros. Temos também a Revolta de São Paulo ou dos Tenentes ocorrida em 1924 que diz respeito a vinculação que pretendemos dar as personalidades que vivenciaram as revoltas e que, posteriormente serão de suma importância para o decorrer dos acontecimentos de âmbito nacional.

Em 1922 temos o Levante do Forte de Copacabana ou dos 18 do forte que é considerado o início dos Levantes Tenentistas. Em 05 de julho os fortes da Vigia e de Copacabana se mostraram revoltados contra o Governo de Epitácio Pessoa e a crise econômica política que gravava a vida nacional. Isolados, o Forte da Vigia disparou um tiro, o de Copacabana foi intimado à rendição. A quase totalidade dos tenentes morreu ou ficou seriamente ferida, documentando ao país o descontentamento em que se encontrava a jovem ala militar.

Num país em que as oportunidades de vida eram difíceis e os estudos e carreiras liberais representavam um peso monetário excessivo, o Exército continuava a ser o refúgio de uma classe sem recursos. Numa nova geração militar, que refletia os angustiantes problemas da Primeira Grande Guerra e da superação de uma estrutura econômica, política e social, surge a consciência da necessidade de mudança de poder. Os tenentes, com suas incertezas, sem programa definido e sem consciência de classe, vão desviar para a política toda sua atividade e fazer da revolução a arma para alcançar seus ideais. *“Não tinham um programa, não possuíam uma doutrina, não tinham organização alguma e, a uni-los, havia apenas o desejo de derrubar o governo”*, segundo Agildo Barata Ribeiro. (p. 154) E, segundo registrou Virgínio Santa Rosa

Apesar das deficiências que possam ser arguidas aos seus principais

dirigentes, o Tenentismo representou um elevado papel. Foi ele o incontestável remexedor de ideias, o preparador da revolução espiritual que se seguiu a revolução armada. Graças a agitação por ele provocada no nosso marasmo partidário, o homem brasileiro sentiu a necessidade de uma política mais grandiosa e sem o tacanhíssimo e a miopia facciosa do passado... (Dicionário de Batalhas Históricas. Biblioteca do Exército p. 154).

No ano 1922, pela quinta vez, Borges de Medeiros fizera-se eleger presidente do RS. A Aliança Liberal, oposição, que votara em Assis Brasil, impugnou o resultado validado pelo Tribunal Arbitral. Os libertadores, inconformados, passaram do protesto as armas. Ao fazê-lo, basicamente, tentavam criar condições para uma intervenção federal uma vez que reconheciam distante a possibilidade de vitória militar que desalojasse Borges. Os combates sucederam-se até agosto, quando a paz foi acordada em Pedras Altas.

No ano de 1924, em São Paulo, centro politizado e em acelerado processo de urbanização e de industrialização, e, contudo ainda centro de cafeicultura e da política agrária tradicional, o tenentismo identificou ambiente para continuar a contestação armada ao imobilismo sócio político vigente. Confiou a chefia ostensiva ao general Isidoro Dias Lopes, secundado pelo ativismo revolucionário do major Miguel Costa, influente especialmente na Força Pública do Estado. Em 5 de julho, os revoltados dispararam os primeiros tiros e em 8 de julho dominavam a cidade, contudo, não se difundiram, sem obter adesões do proletariado e sem conquistar a simpatia da classe média. Somando, no máximo, 3.500 combatentes, viram-se diante de 14.000 governistas apoiados por uma grande artilharia. À medida que estes canhões batiam indiscriminadamente a cidade, fazendo centenas de vítimas civis e causando grandes danos, o alheamento inicial da população foi se tornando animosidade em relação aos revoltosos. Tal situação, somada a constatação da inviabilidade da vitória e ao perigo militar de envolvimento e asfixia, aconselhou o abandono da cidade, a luta no interior, a criação de uma república de espírito tenentista em algum lugar do oeste brasileiro. Partiram em busca do MT, porém a tomada de posição pró-governista da guarnição daquele estado fez com que os comboios revolucionários mudassem de ferrovia, atingindo MT, porém ao sul. Depois de combates pouco felizes, tomaram outro rumo, ingressando no PR, onde desenvolveram longa e dura campanha a espera dos camaradas revoltados do RS e em marcha para a junção, que se daria no oeste paranaense fazendo nascer a Coluna Costa - Prestes ou, mais

propriamente, Coluna Prestes.

Os gaúchos somavam aproximadamente 800 combatentes conduzidos por Prestes e os tenentes-coronéis João Alberto Lins e Barros, Antônio Siqueira Campos, Osvaldo Cordeiro de Farias; majores Paulo Kruger, Manoel Alves de Lira entre outros. Durante a marcha, o general Isidoro promoveu Prestes a Coronel. Já em 1925 em Benjamim, oeste do PR, depois de meses de duras marchas e lutas, duas Divisões se encontram, a de São Paulo e do Rio Grande. A primeira, sob chefia nominal do gen. Isidoro Dias Lopes, a segunda divisão chega ao sul, conduzida por Luís Carlos Prestes. Em seguida a derrota sofrida em Catanduva, o general Isidoro entendeu que chegavam ao fim as tentativas de luta formal e liberou os diversos subchefes para que tomassem decisão coerente com seus propósitos e a situação militar. Entendimentos e desavenças levaram alguns dos revolucionários gaúchos e paulistas à emigração. Outros, aproximadamente 1.200, de origens diversas, fundiram-se numa Divisão sob o comando superior do general Miguel Costa, tendo como chefe Luís Carlos Prestes, onde ficou decidido continuar a luta contra o regime e contra o presidente Artur Bernardes, onde possível e a todo custo.

Pressionado por varias forças governamentais e sem poder romper o cerco, os “tenentistas” enviaram tropa na direção de Foz do Iguaçu para despistar as forcas governistas. Rumaram para o Paraguai e marcharam vinte e seis léguas em território guarani ate reentrar no Brasil e se reagrupar em Porto Lindo sobre o Rio Iguatemi. Ali começavam marcha de quase 25 mil quilômetros, combatida incessantemente pelas forcas regulares, jagunços, cangaceiros e políticos civis, sem nunca ter sofrido derrota significativa.

A Coluna Prestes percorreu e lutou em Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Goiás e Mato Grosso, indo e vindo. Concluído o período presidencial de Artur Bernardes assumiu Washington Luís, que acenava com anistia e reformas, a Coluna considerou cumprida sua tarefa e penetrou na Bolívia em 03 de fevereiro de 1927, levando 600 homens, aproximadamente metade do efetivo inicial. Deixando a retaguarda, para desviar a perseguição, o destacamento Siqueira Campos. Siqueira traçou circunferência de mais de 1.500 quilômetros de raio em MT e MG, na velocidade media de 20 léguas por dia, cobrindo 9 mil quilômetros em cinco meses. Ignorando que o grosso da Coluna passara a fronteira boliviana, continuou a evoluir, atraindo tropas do governo, combatendo-as como se estivesse dando proteção ao corpo principal dos revolucionários.

O tenentismo em si não é apenas o nome dado a Coluna Prestes, é o nome dado

ao movimento político-militar, e à série de rebeliões acima citadas de jovens oficiais de baixa e média patente do exército brasileiro, não necessariamente tenentes, juntamente com alguns civis descontentes com a situação política do Brasil. Propunham reformas na estrutura de poder do país, entre as quais se destacam o fim do voto de cabresto, instituição do voto secreto e a reforma na educação pública. O Movimento Tenentista surgiu nos quartéis espalhados em todo território nacional a partir da década de 1920.

1.3 Luís Carlos Prestes

Luís Carlos Prestes, figura marcante tanto para o exército brasileiro quanto para o partido comunista, nasceu em 3 de janeiro de 1898 filho de Antônio Pereira Prestes (capitão do exército) e de Leocádia Felizardo Prestes (professora primária). Em 1904, a família teve que mudar-se para o Rio de Janeiro. Antônio Prestes precisava tratar de sua saúde, mas veio a falecer em 1908, quando Luís Carlos tinha 10 anos. Assim, este não recebeu nenhuma influência do pai, mas a mãe marcou profundamente sua personalidade. A infância de Prestes foi pobre. Estudou em casa com a mãe até conseguir entrar para o Colégio Militar, em 1909. Após terminar os estudos neste colégio, foi para a Escola Militar, onde o soldo que ganhava dava à família. É declarado aspirante em 1918, continuando na Escola Militar em 1919 para completar o curso de Engenharia. Em 1920 colou grau como bacharel em Ciências Físicas, Matemáticas e Engenharia Militar, sendo promovido a segundo-tenente. Como fora o melhor aluno, pôde escolher onde servir e optou por continuar no Rio de Janeiro, na Companhia Ferroviária. Promovido à primeiro-tenente, tornou-se auxiliar de instrução na Seção de Engenharia da Escola Militar, mas demitiu-se por falta de material para executar seu trabalho. Voltando à Companhia Ferroviária, Prestes tomou conhecimento, em 1921, das "cartas falsas" de Artur Bernardes, que dariam motivo para a primeira revolta tenentista. Indignado com as ofensas aos militares do então candidato à Presidência da República, Luís Carlos começou a frequentar as reuniões do Clube Militar. Nesta época, Prestes já possuía traços de sua forte personalidade.

A inviabilidade de seu objetivo - a derrubada do governo federal - acabou, porém, por levá-lo a deixar o território brasileiro em fevereiro de 1927, internando-se na Bolívia. Apesar de fracassada em seu intento, a Coluna Prestes como citado jamais sofreu qualquer derrota para as forças legalistas que a perseguiram por todo o período, o que

proporcionou a Prestes enorme prestígio militar e político, valendo-lhe, ainda, o título de Cavaleiro da Esperança.

Na Bolívia, Prestes fixou-se em La Gaíba e assinou contrato com a Bolivian Company Limited, companhia inglesa de colonização, para trabalhar, junto com cerca de 400 homens que ainda permaneciam sob seu comando, em obras de saneamento e abertura de estradas. Em dezembro de 1927, foi procurado por Astrojildo Pereira, secretário geral do Partido Comunista Brasileiro, então Partido Comunista do Brasil (PCB), que lhe levou obras marxistas e lhe propôs uma aliança política, rejeitada por Prestes.

No final de 1928, transferiu-se para a Argentina, onde trabalhou como engenheiro. Nessa época, estudou o marxismo e aderiu ao socialismo, travando contato com importantes líderes comunistas, como o argentino Rodolfo Ghioldi e Abraham Guralski, dirigente da Internacional Comunista (IC). No ano seguinte, recebeu convite do PCB para candidatar-se à presidência da República, mas recusou-se por achar o programa do partido demasiadamente radical.

1.4 O Movimento de 1930 e a Aliança Nacional Libertadora.

Na República Velha (1889-1930), vigorava no Brasil a chamada “política do café com leite”, em que políticos apoiados por São Paulo e de Minas Gerais se alternavam na presidência da república. Porém, no começo de 1929, Washington Luís indicou o nome do Presidente de São Paulo, Júlio Prestes, como seu sucessor, no que foi apoiado por presidentes de 17 estados. Apenas três estados negaram o apoio a Prestes: Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Os políticos de Minas Gerais esperavam que Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, o então governador do estado, fosse o indicado, por Washington Luís, para ser o candidato à presidência.

Assim a política do café com leite chegou ao fim e iniciou-se a articulação de uma frente oposicionista ao intento do presidente e dos 17 estados de eleger Júlio Prestes. Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba uniram-se a políticos de oposição de diversos estados, inclusive do Partido Democrático de São Paulo, para se opor a candidatura de Júlio Prestes, formando, em agosto de 1929, a Aliança Liberal.

Coligação oposicionista de âmbito nacional formada no início de agosto de 1929 por iniciativa de líderes políticos de Minas Gerais e Rio Grande do Sul com o objetivo de apoiar as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa respectivamente à presidência e vice-presidência da República nas eleições de 1º de março de 1930.

Para assegurar a continuidade de sua política econômico-financeira, de austeridade e contenção de recursos para a cafeicultura, o presidente da República Washington Luís, ex-presidente de São Paulo, indicou para a sua sucessão o paulista Júlio Prestes. Essa decisão representou o rompimento do esquema de revezamento entre Minas Gerais e São Paulo conhecido como "política do café com leite", segundo o qual, para o novo quadriênio, o candidato oficial devia ser mineiro.

Sentindo-se de fora da disputa eleitoral, o presidente de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada buscou apoio do Rio Grande do Sul para se opor aos planos de Washington Luís. Terceiro estado em importância eleitoral, o Rio Grande do Sul tornava-se a peça-chave no jogo sucessório.

Foram intensas as negociações políticas entre as principais lideranças daqueles dois estados desde o final do ano de 1928 até julho de 1929. No dia 30 desse mês, a comissão executiva do Partido Republicano Mineiro lançou as candidaturas de Getúlio Vargas e João Pessoa (presidente da Paraíba) respectivamente à presidência e à vice-presidência da República. No dia seguinte, o Partido Libertador (PL), do Rio Grande do Sul, unindo-se ao Partido Republicano Rio Grandense (PRR) na Frente Única Gaúcha (FUG), deu apoio à chapa de oposição. Para tornar sua ação mais concreta, a oposição formou então, no início de agosto, a Aliança Liberal. A direção do movimento coube ao mineiro Afonso Pena Jr. (presidente) e ao gaúcho Ildefonso Simões Lopes (vice-presidente). Além de Minas, Rio Grande e Paraíba, a Aliança Liberal recebeu a adesão de todas as oposições estaduais, destacando-se o Partido Democrático de São Paulo e o Partido Democrático do Distrito Federal.

Em 20 de setembro, em convenção realizada no Rio de Janeiro, a Aliança Liberal homologou a chapa Vargas - Pessoa e sua plataforma eleitoral, redigida pelo republicano gaúcho Lindolfo Collor. Estabelecendo como essencial à reforma política do país, o programa aliancista defendia a representação popular através do voto secreto, a Justiça Eleitoral, a independência do Judiciário, a anistia para os revolucionários de 1922, 1924 e 1925-27, e a adoção de medidas econômicas protecionistas para produtos de exportação além do café. Estabelecia ainda, medidas de proteção aos trabalhadores, como a extensão do direito à aposentadoria, a aplicação da lei de férias e a regulamentação do

trabalho do menor e da mulher.

Ainda em 1929, uma corrente mais radical da Aliança Liberal, formada por políticos jovens como João Neves da Fontoura, Osvaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, passou a admitir a hipótese de desencadear um movimento armado em caso de derrota nas urnas. Como primeiro passo, buscaram a colaboração dos tenentes, levando em conta seu passado revolucionário e seu prestígio no interior do exército. Essas negociações se deram com grande dificuldade devido a desconfianças recíprocas. Na Aliança Liberal, estavam alguns dos principais adversários dos "tenentes", notadamente Artur Bernardes, Epitácio Pessoa e João Pessoa.

Pouco seguro em relação ao seu futuro, Vargas estabeleceu um acordo político com Washington Luís em que ficou acertado que, em caso de derrota, o candidato oposicionista aceitaria o resultado e passaria a apoiar o governo constituído. Em compensação, o governo federal se comprometia a não apoiar a oposição gaúcha e a reconhecer a vitória dos candidatos vinculados à Aliança Liberal nas eleições para a Câmara dos Deputados. Vargas restringiria sua participação pessoal na campanha ao Rio Grande do Sul.

Com a radicalização da campanha, o acordo acabou sendo rompido. A maioria governista na Câmara dos Deputados decidiu não dar quórum às sessões parlamentares, impedindo assim a manifestação dos deputados aliancistas. Em janeiro de 1930, Vargas viajou para o Rio de Janeiro, e na capital federal promoveu um grande comício na esplanada do Castelo. Estendeu sua viagem a São Paulo e Santos, onde foi recebido com demonstrações populares de apoio.

Apoiaram Aliança Liberal, intelectuais como José Américo de Almeida e Lindolfo Collor, membros das camadas médias urbanas e a corrente político-militar denominada tenentista, em sua grande maioria, exceção feita a Luís Carlos Prestes e, depois da posse de Getúlio Vargas, ha vários tenentes que se tornaram interventores. Destacavam-se Cordeiro de Farias, Siqueira Campos, Eduardo Gomes, João Alberto Lins de Barros, Juarez Távora, Miguel Costa e Juraci Magalhães. Fora outros três futuros presidentes da república (Geisel, Médici e Castelo Branco).

As eleições foram realizadas no dia primeiro de março de 1930 e deram a vitória a Júlio Prestes, que obteve 1.091.709 votos, contra apenas 742.794 dados a Getúlio. Notoriamente, Getúlio teve quase 100% dos votos no Rio Grande do Sul.

A Aliança Liberal recusou-se a aceitar a validade das eleições, alegando que a vitória de Júlio Prestes era decorrente de uma fraude. Além disso, alguns deputados

eleitos em estados onde a Aliança Liberal conseguiu a vitória, não obtiveram o reconhecimento dos seus mandatos. A partir daí, iniciou-se uma conspiração, com base no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais.

Em Recife, no dia 26 de julho de 1930 João Pessoa foi assassinado por João Dantas por questões políticas e de ordem pessoal, servindo como estopim para a mobilização armada. João Dantas e seu cunhado e cúmplice, Moreira Caldas, foram encontrados degolados em sua cela, na Casa de Detenção em outubro de 1930.

As acusações de fraude e a degola arbitrária de deputados mineiros e de toda a bancada da Paraíba da Aliança Liberal, o descontentamento popular devido à crise econômica causada pela grande depressão de 1929, o assassinato de João Pessoa e o rompimento da política do café com leite foram os principais fatores, para a criação de clima favorável a uma revolução.

Getúlio tentou várias vezes a conciliação com o governo de Washington Luís e só se decidiu pela revolução quando já se aproximava a posse de Júlio Prestes que se daria em 15 de novembro.

A revolução de 1930 iniciou-se, finalmente, no Rio Grande do Sul em 3 de outubro. Osvaldo Aranha telegrafou Juarez Távora comunicando início da Revolução. Ela rapidamente se alastrou por todo o país. Oito governos estaduais no Nordeste foram depostos pelos tenentes. Getúlio Vargas lançou o manifesto O Rio Grande de pé pelo Brasil e partiu rumo ao Rio de Janeiro, capital nacional à época.

Esperava-se que ocorresse uma grande batalha em Itararé (na divisa com o Paraná), onde as tropas do governo federal estavam acampadas para deter o avanço das forças revolucionárias, lideradas militarmente pelo Cel. Góis Monteiro. Entretanto, em 12 e 13 de outubro ocorreu o combate de Quatiguá localizado próxima a divisa entre São Paulo e o Paraná.

Jornais que apoiavam o governo deposto foram empastelados; Júlio Prestes, Washington Luís e vários outros próceres da República Velha foram exilados.

Washington Luís havia apostado na divisão dos mineiros não acreditando em nenhum momento que Minas Gerais faria uma revolução, não se prevenindo, nem tomando medidas antirrevolucionárias, sendo derrubado em poucos dias de combate.

Às 3 horas da tarde de 8 de novembro de 1930, a junta militar passou o poder, no Palácio do Catete, a Getúlio Vargas, encerrando a chamada República Velha, derrubando todas as oligarquias estaduais exceto a mineira e a gaúcha. Na mesma hora, no centro do

Rio de Janeiro, os soldados gaúchos cumpriam a promessa de amarrar os cavalos no obelisco da Avenida Rio Brancos, marcando simbolicamente o triunfo da Revolução de 1930.

Getúlio tornou-se chefe do Governo Provisório com amplos poderes. A constituição de 1891 foi revogada e Getúlio passou a governar por decretos. Getúlio nomeou interventores para todos os Governos Estaduais, com exceção de Minas Gerais. Esses interventores eram na maioria tenentes que participaram da Revolução de 1930.

No início da década de 1930, como visto, surgiram em diversos países frentes populares compostas por diferentes correntes políticas que sentiam a necessidade de uma atuação unificada para deter o avanço do nazi fascismo. Também no Brasil, em reação ao crescimento da Ação Integralista Brasileira (AIB), formaram-se pequenas frentes antifascistas que reuniam comunistas, socialistas e antigos "tenentes" insatisfeitos com a aproximação entre o governo de Getúlio Vargas e os grupos oligárquicos afastados do poder em 1930.

No segundo semestre de 1934, um pequeno número de intelectuais e militares - entre os quais Francisco Mangabeira, Manuel Venâncio Campos da Paz, Moésia Rolim, Carlos da Costa Leite e Aparício Torelly - começou a promover reuniões no Rio de Janeiro com o propósito de criar uma organização política capaz de dar suporte nacional às lutas populares que então se travavam. Dessas reuniões surgiu a ANL, cujo primeiro manifesto público foi lido na Câmara Federal em janeiro de 1935. O programa básico da organização, divulgado em fevereiro, tinha como pontos principais a suspensão do pagamento da dívida externa do país, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária e a proteção aos pequenos e médios proprietários, a garantia de amplas liberdades democráticas e a constituição de um governo popular, deixando em aberto, porém, a definição sobre as vias pelas quais se chegaria a esse governo.

No mês de março, constituiu-se o diretório nacional provisório da ANL, composto, entre outros, por Herculino Cascardo (presidente), Amoreti Osório (vice-presidente), Francisco Mangabeira, Roberto Sisson, Benjamim Soares Cabello e Manuel Venâncio Campos da Paz. No final do mês, a ANL foi oficialmente lançada em solenidade na capital federal à qual compareceram milhares de pessoas. Na ocasião, Prestes, que se encontrava na União Soviética, foi aclamado presidente de honra da organização. A época, Prestes já aderira ao comunismo, desfrutava de enorme prestígio devido ao seu papel de líder da Coluna Prestes, que na década anterior havia tentado derrubar o governo federal pelas armas.

Nos meses seguintes, calcula-se que dezenas de milhares de cidadãos filiaram-se formalmente à ANL, embora o número exato dessas filiações jamais tenha sido conhecido. Houve adesões importantes, como as de Miguel Costa, Maurício de Lacerda e Abguar Bastos. Diversas personalidades, mesmo sem se filiar, mostraram-se simpáticas à Aliança, como os ex-interventores Filipe Moreira Lima, do Ceará, e Magalhães Barata, do Pará, o deputado federal Domingos Velasco e o prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto. A entidade promoveu concorridos comícios e manifestações públicas em diversas cidades e teve sua atuação divulgada por dois jornais diários a ela diretamente ligados, um do Rio de Janeiro e outro de São Paulo.

À medida que a ANL crescia, aumentava a tensão política no país, com frequentes conflitos de rua entre comunistas e integralistas. No dia 5 de julho, a ANL promoveu manifestações públicas para comemorar o aniversário dos levantes tenentistas de 1922 e 1924. Nessa ocasião, contra a vontade de muitos dirigentes aliancistas, foi lido um manifesto de Prestes propondo a derrubada do governo e exigindo "todo o poder à ANL". Vargas aproveitou a grande repercussão do manifesto para, com base na Lei de Segurança Nacional, promulgada em abril, ordenar o fechamento da organização.

Na ilegalidade, a ANL não podia mais realizar grandes manifestações públicas e perdeu o contato com a massa popular que com ela se entusiasmava. Ganharam então força em seu interior os membros do Partido Comunista e os "tenentes" dispostos a deflagrar um levante armado para depor o governo. Em novembro de 1935 estourou em Natal (RN) um levante militar em nome da ANL. Em seguida ao movimento em Natal, que obteve apoio popular e chegou a assumir o controle da cidade por quatro dias, foram deflagrados levantes em Recife e no Rio de Janeiro. O governo federal não teve dificuldade para dominar a situação, iniciando logo a seguir intensa repressão contra os mais variados grupos de oposição atuantes no país, vinculados ou não ao levante. A ANL, alvo principal dessa onda repressiva, foi inteiramente desarticulada.

1.5 Levante Comunista de 1935.

Aqui tentamos elucidar os levantes ocorridos em nome da ANL, assim como onde e como se sucederam os fatos nos levantes comunistas de 1935 e, deixar claro a ligação entre os tenentes e as insurreições.

Segundo Paulo Sérgio Pinheiro, “o que aproxima Prestes e os comunistas a partir de 1927 é a mesma concepção que se tem do Estado como uma fortaleza que pode ser conquistada com a técnica da insurreição armada.” A insurreição de 1935 pode ser entendida como o reencontro dos revolucionários, refratários a 1930. “1935 usa os mesmos instrumentos de 1922 e 1924, pretendendo ser 1917.” (PINHEIRO, Paulo Sérgio, 1991. Estratégias da Ilusão. p. 241).

A revolta vermelha de 1935 inscreve-se como conspiração de natureza político-militar, pelas suas reivindicações políticas imediatas dentro do quadro dos movimentos tenentistas realizados na década de 1920. Os levantes eclodiram em pontos esparsos do território nacional, em Natal e arredores entre 23 e 25 de novembro; em Recife, em 25 de novembro; e no Rio de Janeiro em 27 de novembro.

Fora de Natal, aonde chegou a ser instalado um governo revolucionário provisório, o levante seguiu o padrão de um golpe militar clássico, limitando-se a ataques de militares rebeldes a quartéis. O último levante, no Rio de Janeiro, na Escola da Praia Vermelha e na Vila Militar, é considerado por alguns autores apenas como um ato de lealdade dos conspiradores sediados nessa cidade, pois havia ficado claro que o movimento não teria chances reais de revolucionar o país.

No Rio de Janeiro, as proporções do movimento foram mais amplas e cruéis, tendo sido deflagrado, simultaneamente, no 3º Regimento de Infantaria, na Praia Vermelha; no 2º Regimento de Infantaria e no Batalhão de Comunicações, na Vila Militar; e na Escola de Aviação, no Campo dos Afonsos. Os amotinados, companheiros de véspera, teriam, de acordo com a versão legalista, ferido e matado indiscriminada e covardemente seus companheiros que dormiam - versão esta que até hoje gera margem a dúvidas, já que os quartéis do Rio estavam em prontidão após os levantamentos revolucionários no Norte do País, e em tais circunstâncias seria extremamente difícil encontrar oponentes inermes a serem massacrados de tal forma.

O episódio mais dramático do levante comunista foi a tentativa de conquistar o Regimento de Aviação no Campo dos Afonsos visando obter aeronaves para bombardear a cidade do Rio de Janeiro. As unidades legalistas da Vila Militar conseguiram instalar peças de artilharia para bombardear a pista e evitar que aviões decolassem. O assalto final foi realizado com uma carga de infantaria com apoio da artilharia, que retomou as instalações revoltadas.

Uma vez reprimido e derrotado, o movimento foi submetido a intensa

desmoralização - a começar pelo nome pejorativo e desqualificante que recebeu ("Intentona", ou "intento louco") - por parte das cúpulas militares. Porém isso será melhor explicado no capítulo 3.

Marly Vianna, assim como Paulo Sérgio Pinheiro, caracteriza como de raízes tenentistas os levantes de 1935:

Apesar de vários grupos terem participado da formação da frente, foram os tenentes dissidentes da Revolução de 1930 os que tiveram maior destaque na organização da ANL, o que deu à organização uma projeção política e uma articulação nacional derivadas de suas experiências de lutas. Ao pequeno grupo remanecente de 1922, 1924 e 1930, que continuava levantando a bandeira do ideal revolucionário, iriam juntar-se novos tenentes de uma geração que se formara na amiração por Luís Carlos Prestes e seus camaradas. Este contingente militar – que não estava ligado ao Partido Comunista, dentro da ANL, através da figura de Prestes, que, apesar de já pertencente ao PC, era visto muito mais como um líder tenentista do que como militante comunista. (VIANNA, 1992. p. 110).

Diferentemente dos golpes tenentistas, que haviam criado divisões temporárias entre legalistas e insurretos, superáveis posteriormente por anistias e reorganizações de carreira, o Movimento de 1935 criou uma clivagem político-ideológica, em que os insurretos tiveram negada a sua própria condição de membros da corporação militar, com sua ação política sendo duradouramente criminalizada e estigmatizada como traição e ato hostil à hierarquia militar.

A repressão ao movimento permitiu que o Congresso Nacional decretasse o Estado de Guerra, com uma erosão decisiva nas liberdades e garantias individuais liberais democráticas, o que preparou o caminho para que Getúlio Vargas decretasse o Estado Novo em 1937.

MISSÃO FRANCESA

Neste capítulo abordaremos o positivismo e sua relação com o exército brasileiro a fim de estabelecer o surgimento de ideias positivistas a qual muitos oficiais aderem e, a partir daí organizam as Escolas Militares e sua Doutrina. As ideias positivistas influenciaram a política e o exército brasileiro.

As transformações ocorridas durante a década de 1920 abalaram as estruturas do exército. Pretendendo demonstrar quem eram e como viviam estes oficiais e, principalmente apontar como se dava a educação da oficialidade do exército brasileiro.

É traçado um perfil do contato entre a sociedade civil e a oficialidade militar a fim de contrastar a situação geral vivida por ambos. Finalizo o capítulo mostrando a situação em que se encontrava o exército brasileiro nos anos de 1930.

São ideias que nos ajudam a esclarecer qual o motivo do descontentamento dos oficiais revoltosos da década de 1920, assim como ter uma visão geral de como exército brasileiro se encontrava como instituição.

2.1 O Positivismo e o Exército Brasileiro

O positivismo é uma doutrina político filosófica surgida no século XIX sob orientação de Auguste Comte (1798-1857), que valoriza as ciências e o avanço técnico-científico com objetivo de elevar o espírito do homem e, conseqüentemente, proporcionar o progresso da humanidade.

O positivismo tem simultaneamente um caráter ortodoxo, ao se outorgar o estatuto de religião da humanidade, e heterodoxo, ao se conceber como filosofia política, ou simplesmente como gênero literário. Para a vertente heterodoxa, a ordem é o estado de polícia, e o progresso é representado pela sociedade tecnicamente desenvolvida, ou seja, industrializada, ideal a ser alcançado, principalmente no caso de um país essencialmente agrícola como, no período da primeira república, é o Brasil.

Comte acredita que, quando o homem pensar cientificamente, deixará de fazer a guerra, aqui entendida como a luta de um homem contra outro homem, abrindo espaço, então, para a luta pela exploração dos meios naturais, com a finalidade de obtenção do

produto industrializado. A reforma social implicaria, assim, outra de caráter intelectual, valorizada pelo estudo da Matemática, Astronomia, Física, Química e Biologia. Os cientistas substituiriam os sacerdotes e as indústrias, os militares. A ciência positiva parte do pressuposto de que sua constituição ocorreria pela substituição da ordem histórica teológica militar pela ordem social científica industrial.

Comte vê a sociedade industrial como pacífica, prevendo, em razão disso, o desaparecimento da classe militar, pois as guerras, em sua ótica, perderiam sentido. Mas, a classe dirigente, longe de extinguir a força militar, aplica os conhecimentos técnicos e científicos no desenvolvimento de armamento e munições, ou seja, coloca-os a serviço da guerra, como forma de impor sua vontade e prestígio aos outros estados.

Comte pensa que o espírito científico é antagônico ao espírito militar, e que o homem, em um âmbito maior de racionalidade, estaria apto a entender essa verdade e, aos poucos, se desfazer de sua natureza bélica.

Para Comte, no estado positivo, vigoraria a paz e a industrialização. A sociedade industrial transforma-se em um mito, um ideal a ser alcançado e passa a simbolizar a perfeição. Caso o estado atinja a harmonia esperada, os exércitos perderiam seu sentido e, nessa situação, os positivistas defendem o fim dos exércitos nacionais.

2.1.1 A Influência positivista no Exército Brasileiro

Um dos meios de difusão das ideias de Comte, no Brasil, é o surgimento da igreja universal positivista. No Brasil, os principais representantes da religião positivista são Raimundo Teixeira Mendes (1855-1927) e Miguel Lemos (1854-1917). Teixeira Mendes desenha a bandeira nacional e nela inscreve o seu lema ordem e progresso. Junto com Miguel Lemos, Teixeira Mendes funda o Templo da Religião da Humanidade no Rio de Janeiro, e a Sociedade Positivista Brasileira, em 1876.

O positivismo influencia fortemente a política e o Exército Brasileiro desde o período imperial. O PRR (Partido Republicano Rio Grandense) também foi fortemente influenciado pelo positivismo, tendo como principais expoentes Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros.

Os oficiais brasileiros aderem a essa corrente filosófica e, a partir dela, passam a organizar as escolas militares e a doutrina, alastrando sua influência por toda a corporação. A falta de projeção social vivida pelos militares auxilia nessa aproximação.

Como afirma Quartim de Moraes:

...O positivismo apresentava uma alternativa para o papel social e político dos militares ao propor, na ausência de uma identidade profissional, uma identidade política: a doutrina do soldado - cidadão.(Quartim de Moraes, 1987. p. 30).

As escolas militares a partir de 1850, começam a sofrer forte influência positivista via ensino da matemática e da geometria analítica, devido à difusão do Curso de filosofia positiva, segunda fase dos escritos de Comte. Benjamim Constant e o Marechal Roberto Trompowsky foram expoentes da difusão positivista na Escola Militar; mas, além deles, havia também: Pereira de Sá, Augusto Dias Carneiro, Almeida Fagundes, Lauro Sodré, Gabriel de Moraes Rego, Antônio José Osório, Manuel Almeida Cavalcanti, Saturnino Nicolau Cardoso, entre outros.

Os mestres repassam aos alunos a ideia tecnicista de progresso científico, e a escola, que deveria adestrar os alunos para o cumprimento das tarefas militares, se volta ao ensino da matemática.

A matemática é ministrada sob orientação positivista, e é, dessa maneira, que se dissemina entre os oficiais a teoria que preconiza a ordem e o progresso, fundada no desenvolvimento científico, na ética, na paz e no fim dos exércitos. A matemática, no contexto positivista, é a ciência fundamental para o conhecimento das outras ciências.

Na Escola Militar, a ciência matemática, ministrada sob orientação da síntese subjetiva de Comte, valoriza a geometria e o cálculo.

A reforma operada por Benjamin Constant no regulamento das escolas do exército, em 12 de abril de 1890, não modifica a estrutura militar: permanece incentivando a cultura acadêmica, sem promover a profissionalização da força.

O ministro da Guerra no governo de Rodrigues Alves, general Francisco de Paula Argolo, preocupado com a situação caótica do Exército passa a denunciar a estrutura e a requerer novas reformas. Em 1898, é elaborado pelo Marechal João Tomaz de Cantuária, um conjunto de mudanças, conhecido pelo nome de reforma Cantuária, que propõe maior aproveitamento técnico e diminui os ensinamentos teórico filosóficos dos regulamentos em vigor. Essa reforma, como a de Constant, não afasta a doutrina positivista do seio militar, embora não tenha tido uma repercussão prática sobre a profissionalização da força. O exército, desde a Proclamação da República, necessita de profundas e urgentes reformas.

A falta de preparo da força de terra pode ser comprovada, em vários momentos,

tais como a Revolução Federalista de 1893-1895, a Revolta da Armada de 1893-1894, e Canudos, de 1896-1897. Logicamente, essa carência de profissionalização não se deve apenas ao pensamento positivista dos líderes militares no período, que os aproxima das ciências exatas e os afasta das ciências bélicas. A política governamental é igualmente responsável pelo descrédito e esquecimento das forças militares no país.

Os baixos soldos, a falta de escolas, a carência de instrutores competentes no preparo militar, a ausência de material bélico moderno em funcionamento e as péssimas condições de infraestrutura são outros motivos para a decadência da estrutura militar nacional e internacional do Brasil. Esse contexto, torna emergencial a resolução da questão instrucional, pois a continuidade do ensino positivista, ao acarretar a ausência de espírito militar nas escolas e nos alunos lá adestrados, cria um círculo constante de despreparo para a vida militar.

Entre os militares que lutam por uma intervenção reformista, como ocorre na Questão Militar, Benjamin Constant é um dos expoentes máximos. Mas, as reformas propostas por Constant não são tão profundas como outras subsequentes. Aliás, é nesse período histórico que surge a concepção de soldado cidadão, indivíduo que representa a ideologia intervencionista do militar na política. Na perspectiva do soldado cidadão, é recomendável sua participação ativa no processo político, bem como sua intervenção na política com tendências renovadoras, como acontece com a proclamação da República.

O soldado cidadão representa o civil de farda, que ascende socialmente pela interferência política. O positivismo aproxima tanto o militar do cidadão comum, que, nessa concepção filosófica, o soldado brasileiro passa a ser considerado o cidadão armado. Assim, a forma que esses esquecidos da pátria encontram para se posicionar frente ao desprezo da elite, é o intervencionismo político do soldado cidadão.

2.2 Início do processo de reformas no exército brasileiro

Em 1907, Barbosa Lima e outros¹ desde 1896 preconizam a criação de um

1 Alexandre José Barbosa Lima (Recife, 23 de março de 1862 – 1931), foi um político brasileiro. Defensor de ideias abolicionistas, seguiu carreira militar ingresando na Escola Militar da Praia Vermelha aos 20 anos. No período Republicano destacou-se durante o governo Floriano Peixoto, de quem se tornou pessoa de confiança, havendo sido por ele designado para disputar as eleições para governador de pernambuco.

exército permanentemente profissional, entretanto, estas vozes isoladas não tem a mínima repercussão. Só no governo de Rodrigues Alves é que se cria clima de euforia dentro do exercito, mas cabe a Hermes da Fonseca a iniciativa de iniciar a primeira transformação estrutural do exercito.

...até então, todas as atividades se desenvolviam nos quartéis, entre as poucas obrigações e os lazeres pessoais. (CARVALHO. p. 61.)

É como Ministro da Guerra de Afonso Pena que Hermes da Fonseca pode dedicar-se as reformas. Nos seus relatórios de 1907 e 1908, aparecem desenvolvidas as remodelações da sua administração como serviço militar obrigatório, melhoria e compra de armamentos e material, criação de fabricas de pólvora e cartuchos, reorganização de corpos disseminados, criação de grandes unidades, reforma da administração, problemas da fronteira, sistema de promoções, renovação dos quadros, problemas de ensino são temas levantados e tratados em sua gestão.

De 1906 a 1910 o exército envia pequenas unidades de oficiais para estágio no exercito prussiano, numa época em que esta organização e o poderio alemão estavam no auge. O contato com a técnica militar alemã já se fazia desde o começo do século, com a construção do Arsenal, da Fabrica de Cartuchos de Piquete e de algumas fortalezas, porém agora se adquirem armamentos de todos os tipos. Ponto alto da influencia estrangeira é notado na ida do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca, a Alemanha assumir o compromisso de contratar missão militar alemã.

Em 1915 com a nomeação do General José Caetano de Faria para Ministro da Guerra (1914-1918), oficializa-se uma serie de reformas, instituíram-se grandes unidades e sua repartição racional no território e há a criação dos órgãos destinados a fiscalizar o funcionamento da instrução e dos serviços. O decreto de 1915 amplia e diversifica as unidades, transformando-as, de Brigadas Estratégicas, em grandes Divisões do Exercito e Brigadas de Cavalaria.

Eleito em 1892, renunciou ao mandato de deputado federal pelo Ceará e, em 1896, após concluir seu mandato de governador, voltou à Câmara Federal , sendo reeleito por mais duas vezes, de 1900 a 1906 pelo estado do Rio Grande do Sul e, de 1906 a 1911 pelo Distrito Federal. Durante seu governo, Barbosa Lima criou escolas em vários municípios do Estado, inclusive, a Escola de Engenharia.

2.3 Oficialidade no Exército Brasileiro e missão francesa

As mudanças filosóficas e práticas ocorridas na educação dos oficiais durante os primeiros vinte anos do século refletiram-se naqueles homens. A ausência de uma bagagem educacional comum necessariamente dificultava a formação do espírito de corpo e do nível de união necessários à coesão institucional.

Havia ainda, a tensão inerente ao fato de o Exército, após anos de reorganização em linhas germânicas, estar ser pressionado a enquadrar-se no molde francês, que em 1920 iniciou seus trabalhos concentrando-se nas escolas militares. Sob a tutela francesa, o exército regrediu a uma espécie de adolescência militar, com todos estudando os novos regulamentos e até os oficiais superiores voltando à escola para o curso de “Revisão”. Com os franceses haviam chegado novas armas, algumas das quais excedentes de guerra e, havia a incomoda suspeita de que o Exército estava sendo ludibriado.

Oficiais, de uma maneira geral, consideravam a metralhadora alemã superior à francesa, os tanques ingleses superiores aos franceses e estavam descontentes com suas novas armas automáticas, as quais julgavam menos eficientes que os fuzis Mauser alemães de fogo contínuo.

A imprensa acusava a missão e o ministro da Guerra de corrupção. Estudos não conseguiram comprovar tais acusações contra o ministro, mais os índices de atividades escusas de membros da missão parecem fortes. Oficiais franceses controlavam a compra de todo tipo de equipamento para o exército, desde boinas de feltro e selas até cozinha de campanha e armas.

Afirmou-se que era de “pleno conhecimento dos empresários do Rio” que os oficiais da missão francesa estavam “recebendo Propina” e, embora não fosse certo que os altos oficiais das missões ficassem com uma parte, eles certamente fechavam os olhos. Esses ganhos ilícitos devem ter irritado os oficiais brasileiros, sobretudo os de baixa patente, que acusaram publicamente alguns de seus superiores de corrupção. (FRANK, 2009 1ed, p.281).

Os oficiais provinham principalmente das regiões Sudeste e Nordeste do país, e com certeza eram da pequena parcela educada da população masculina. As elites civis

eram bem representadas. Muitos oficiais vinham de famílias com tradição militar ou de famílias civis relativamente pobres. Na República velha, educação e carreira militar eram vistas como meios de ascensão social.

O requisito de que os oficiais do Exército fossem formados na Escola Militar e os pré-requisitos educacionais necessários para admissão nessa escola excluía do corpo de oficiais a grande maioria de brasileiros de pele escura. Além disso, era preciso ter influência política para conseguir ser indicado para a escola.

Os oficiais que influenciavam ou decidiam os assuntos da área de compras eram subornados com presentes e dinheiro. Outra forma de cooptação era a prática de pagar gratificações por determinadas tarefas, muitas vezes concedidas aos oficiais que caíam nas graças do ministro. A taxa de câmbio flutuante e a inflação de preços tornavam o salário dos oficiais insuficiente para manter a família. As taxas de câmbio eram importantes porque o Brasil importava boa parte dos gêneros alimentícios e a maioria dos produtos industrializados consumidos pela classe média urbana. No início de julho de 1924, os preços dos produtos básicos atingiram níveis tão exorbitantes, e tantas pessoas se encontravam em situação desesperadora, que o presidente suspendeu as tarifas aduaneiras por sessenta dias para os alimentos importados. Dadas às circunstâncias, qualquer dinheiro extra era muito bem vindo, e os oficiais que dependiam de remunerações suplementares provavelmente permaneciam leais. (FRANK, 2009, p.315).

Sendo baixo o soldo, a maioria dos oficiais residia modestamente, muitos em hotéis baratos. Relatos biográficos dão a impressão de que os oficiais com patentes inferiores a de Coronel viviam à margem da classe média.

O soldo era preocupação constante e fonte de irritação na economia inflacionária do Brasil. E, embora todos os oficiais esperassem pela promoção, com ela vinha um imposto especial. As pensões eram financiadas por um montepio (Instituição em que, mediante certas condições, se adquire o direito de, por morte, deixar pensão pagável a alguém de sua escolha), com dedução mensal no valor de um dia de soldo; entretanto, em 1925 as pensões ainda eram baseadas nos soldos de 1906, enquanto as deduções eram porcentagens do soldo de 1925. Talvez como um modo de amenizar as agruras do plano de pensão, a lei dava aos oficiais com trinta anos de serviço o direito de aposentar-se com graduação acima da sua, recebendo os vencimentos da patente imediatamente superior. Os que tinham 35 anos de serviço recebiam uma promoção real ao nível

seguinte, e os com quarenta ou mais recebiam uma promoção real e, além disso, eram remunerados segundo a graduação acima da sua. Esse sistema incentivava a lealdade e o longo tempo de serviço dos oficiais superiores.

No fim de 1928 o Congresso mudou a lei de aposentadoria, restringindo a regra de graduação apenas ao oficial mais antigo em cada posto, que se apresentaria após trinta anos com a patente e os vencimentos da graduação acima da sua, ou, tendo servido por quarenta anos, subiria duas graduações. Mais todos os outros oficiais ao se aposentarem mantinham suas patentes e receberiam os vencimentos correspondentes. Compreensivelmente, a nova lei não agradou aos oficiais, sobretudo os coronéis com mais de trinta anos de serviço, e houve uma onda de pedidos de reforma antes de a lei entrar em vigor. Com isso, em fins de abril de 1929 o Exército não podia meramente promover esses homens, uma vez que o regulamento requeria que decorresse um tempo específico entre as promoções. Um dos altos oficiais que entraram com o pedido de reforma foi o chefe de Estado Maior, Tasso Fragoso. Essa lei de aposentadoria contribuiu para enfraquecer a estrutura de comando justamente quando a República Velha e seu Exército aproximavam-se do ano de 1930.

A educação era a chave da disciplina e do desempenho dos oficiais. Por toda a década de 1920, o exército continuou a procurar uma fórmula para produzir o oficial ideal. O viveiro da oficialidade era a Escola Militar do Realengo, situada a cerca de 25 quilômetros da cidade do Rio. Os dois primeiros anos do curso eram uma mistura de educação geral com treinamento militar teórico e prático destinado a preparar líderes de pelotões; o terceiro e último ano era dedicado a instituição especializada em uma das armas de combate. Os alunos graduavam-se como aspirantes, e nessa categoria serviam por um ano ou até surgir vaga entre os tenentes. O propósito da escola militar era preparar oficiais subalternos para atuar até serem promovidos a capitão quando ingressavam no curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

Em 1924, havia oito alojamentos de um só pavimento formando um quadrilátero, cada qual projetado para abrigar 75 estudantes em quartos grandes e abertos. Cada aluno tinha uma cama pequena e estreita, um colchão fino e duro e um baú com chave ao pé da cama para guardar os pertences. No refeitório, as mesas retangulares comportavam oito homens, sentados em bancos sem encosto. A ração principal consistia em variações de feijoada. Não havia espaço para o estudo tranquilo, e a biblioteca era pequena. Os prédios e as áreas ao ar livre assemelhavam-se mais a um

“vasto quartel” que a uma escola. Não havia instalações para recreação por isso os estudantes “matavam o tempo” com caminhadas pelas ruas do Realengo. O general Tasso Fragoso recomendou que, se houvesse verba, o Exército construísse uma escola nos moldes da academia militar americana de West Point, como a República da Argentina estava fazendo. (FRANK, 2009, p. 314-15).

O general Tasso Fragoso recomendou mais rigor na seleção dos estudantes tendo em vista as agitações que ocorreram na década de 1920. Recomendou que se observassem a moral e a reputação das famílias dos candidatos. E para melhorar a imagem, nenhum aluno deveria ser admitido sem o fardamento completo, adquirido a própria custa. Não levando em consideração o fato de excluir os mais pobres.

A rebelião de 1922 deixou cicatrizes no Realengo. O esforço de readmitir os estudantes expulsos foi motivo constante de irritação e um grande problema após 1930. A segunda revolta, em 5 de julho de 1924 em São Paulo e Rio Grande do Sul, relacionou-se a questão da anistia e readmissão dos rebeldes de 1922. Além disso, os recursos humanos, materiais e financeiros necessários para combater a Coluna Prestes significaram que correspondentemente menos recursos estiveram disponíveis para a educação militar.

A presença da missão militar francesa provavelmente salvou o sistema de ensino do exército da total desmoralização. Desde o início da missão os franceses controlaram duas das três principais instituições: a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Estado-Maior do Exército. A Escola Militar permaneceu fora de sua influência imediata até depois de 1922, quando o ministro julgou que a presença francesa ajudaria a melhorar a disciplina ali.

A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais tinha a missão de preparar tenentes de graduação superior e capitães para as próximas etapas de suas carreiras como oficiais superiores. Os cursos, que se concentravam nos aspectos práticos da condução de operações militares no âmbito de pequenas unidades, eram ministrados pelos oficiais franceses, assistidos por brasileiros selecionados que haviam concluído o curso da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais ou da Escola de Comando e Estado-Maior.

Inaugurada em 1920, a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais destinava-se a criar um corpo de oficiais de baixa patente que, como instrutores em unidades distribuídas por todo o Brasil, difundiriam as novas doutrinas baseadas na experiência da Primeira Guerra Mundial. O objetivo era por fim a confusão causada pelo uso de diferentes regulamentos e

métodos pelas unidades. Situada em um prédio novo na Vila Militar, a escola usava os praças do local para demonstrações e exercícios de treinamento.

2.4 Militares e Sociedade Civil.

Em *Soldados da Pátria*, MacCann apresenta ainda alguns dados a respeito dos contatos militares com a sociedade civil. Segundo ele, no período em questão, aproximadamente metade dos oficiais serviam no Distrito Federal e não viviam isolados, convivendo assim diariamente com os civis. Os quartéis situavam-se em ruas da cidade e os oficiais viviam em residências particulares espalhadas por várias partes do Rio de Janeiro. Assim as famílias dos oficiais usavam as mesmas linhas de bonde, as mesmas lojas, igrejas e escolas e liam os mesmos jornais que os civis. Considerando a baixa remuneração, essa categoria era tão sensível às flutuações econômicas quanto qualquer outra. E o sistema de serviço obrigatório recém-implantado punha os oficiais em contato direto com novos recrutas oriundos da sociedade civil.

Em 1920, os oficiais de baixa patente compunham a maioria da oficialidade; 65% eram segundos ou primeiros tenentes, e 21% capitães. Não eram nada jovens sendo que muitos primeiros tenentes chegavam ao final dos trinta anos, com quinze a dezoito anos de serviço. Os mais velhos haviam estudado na academia da Praia Vermelha, enquanto os que haviam ingressado depois de 1904, ano em que foi fechada, provinham de instituições pouco duradouras pelo país.

Segundo Boris Fausto em *A Revolução de 30*, se é certo que já existe no país um processo instalado de industrialização, a indústria se caracteriza nesta época, pela dependência do setor agrário-exportador, pela insignificância dos ramos básicos e pela baixa capitalização.

No curso da década de vinte, após o recesso dos dois primeiros anos, como decorrência da crise internacional, a indústria parece ter retomado o desenvolvimento em 1922 e, sobretudo em 1923, para sofrer uma seria queda em 1924, da qual só se recuperaria, parcialmente, nos últimos anos do período sem atingir o nível de 1923. p.

Do ponto de vista da estrutura social, se abandonarmos a imensa maioria de pequenos empresários, cujas atividades se assemelham muitas vezes

as de um artesão, o setor que pode ser definido como burguesia-industrial constituía uma faixa restrita do ponto de vista numérico, mais significativa, capaz de expressar, na esfera política, seus interesses específicos, junto aos centros de decisão. Boris Fausto, São Paulo 19xx. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. p.

As mudanças que vinham ocorrendo no Brasil desde 1889 tornavam-se mais claras na década de 1920. As vésperas do centenário de independência, as cidades brasileiras possuíam ares de modernidade, mais as áreas rurais ainda tinham um aspecto oitocentista. O sindicalismo começava a fazer-se presente, mais ainda por anos a elite política consideraria as atividades sindicais um caso de polícia.

Embora o crescimento urbano fosse notável, o Brasil ainda tinha um cenário rural. Fora dos limites das cidades eram poucas as estradas pavimentadas, e as ferrovias concentravam-se nos municípios cafeeiros paulistas e nas áreas canavieiras pernambucanas. E, embora São Paulo e a imigração representasse um Brasil novo, talvez mais progressista, outros fatores constituíam um entulho do passado. A educação na década de 1920 ainda era para as elites. Os trabalhos braçais que as elites demandavam não requeriam educação.

A precariedade da assistência médica acompanhava a falta de oportunidades educacionais. Malária, doenças venéreas, tracoma, lepra, doença de Chagas e ancilostomose eram comuns.

Na década de 1920, o Brasil como entidade política não continha coesão e consciência nacional; gaúchos, paulistas e mineiros tinham mais orgulho de suas identidades estaduais do que de ser brasileiro.

Procurando situar o papel dos militares no processo de expansão industrial desencadeado a partir de 1930, o historiador John Wirth no livro *A Política de Desenvolvimento Econômico e Social, 1930-1954*, argumenta que as Forças Armadas foram os principais agentes da industrialização brasileira, especialmente a partir do Estado Novo, quando se tornou impossível para Vargas não atender as demandas militares em meio a um contexto de crescente deterioração do sistema internacional.

Não havia um pensamento industrial militar e os oficiais que se manifestavam a favor de uma política econômica que fomentasse o desenvolvimento da indústria eram vozes isoladas. Ainda que não se possa falar de uma posição anti-industrial da oficialidade, a expansão da indústria estava subordinada aos objetivos de abastecimento material.

As Forças Armadas nos anos 30 atravessaram um processo interno de fragmentações e crises, refletindo as próprias incertezas e ambiguidades que marcaram o conjunto da sociedade brasileira durante o primeiro governo Vargas. Este fato deve advertir para a impossibilidade teórica de tratar os militares como um bloco integrado e coeso, emitindo opiniões unificadas a respeito de quaisquer temas nacionais.

CAPÍTULO 3 - CRIAÇÃO DA IDEOLOGIA ANTICOMUNISTA

Neste capítulo é discutido como se deu a criação da ideologia anticomunista em um exército que estava em transformação. Modernização e nacionalismo estavam em pauta, e se fazia necessária a invenção e institucionalização de cerimônias e símbolos que permitissem através da evocação do passado construir a identidade social do exército. Neste momento não apenas a estruturação administrativa é modificada, há também a invenção de um exército com coesão nacional.

Dentro desse processo de modernização e, também de nacionalização, surgem alguns elementos simbólicos que nos remetem a um passado imemorial. No entanto, segundo Celso Castro em *A Invenção do Exército Brasileiro*, esses elementos são bem mais recentes do que podem parecer e, além disso, foram conscientemente inventados.

Nós percebemos essa dimensão de instituição cultural, que cultua justamente seu caráter tradicional, quase intemporal. A invenção e institucionalização de cerimônias e símbolos permitem, através da evocação do passado, construir a identidade social do exército, o sentimento de algo que permanece para além das mudanças.

Neste momento não apenas a estruturação administrativa do exército é modificada, também é modificada sua estrutura de memória ou como diz Castro é uma memória inventada, necessita-se recriar o passado com algum estoque simbólico anterior guardando alguma verossimilhança com o real para se tornar uma instituição forte.

Mais do que a reorganização de uma instituição fragilizada após décadas de fragmentações estruturais, organizacionais e ideológicas, o que ocorreu foi a invenção do exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar na construção da nação brasileira.

A definição da identidade do exército envolveu a adoção de um conjunto de elementos simbólicos inteiramente novos. Assim ocorre a criação do exército como uma instituição nacional, herdeira de uma tradição específica e com um papel a desempenhar

na construção da Nação Brasileira.

Segundo Castro, trata-se de fenômeno encontrado nos mais diversos países e contextos históricos, podendo ser patrocinado por diferentes agentes, desde o estado nacional até grupos sociais específicos, neste caso é patrocinado pelo governo de Vargas com a tentativa de expressar identidade, coesão e estabilidade social em meio a uma situação de rápida transformação histórica, através de recurso a invenção de cerimônias e símbolos que evocam continuidade com um passado muitas vezes irreal ou mítico.

Todo o período de 1920 e 1930 foi marcado por profundas divisões no interior da instituição militar. Nos anos 1920, essas divergências levaram a uma série de revoltas “tenentistas” que culminaram na “Revolução” de 1930. Esta não representou a obtenção de um consenso no interior do exército. Nos anos que se seguiram correram vários conflitos internos, motivados por divergências doutrinárias, organizacionais e políticas. Dezenas de movimentos incluindo agitações, protestos e revoltas abalaram o exército entre 1930 e a instauração do Estado Novo, quando finalmente se consolidou o projeto hegemônico para a instituição.

Este projeto contava com a intensa criação de novos símbolos e cerimônias do exército e com a reforma da Escola Militar, entre outros assuntos. A frustrada revolta comunista de 1935 foi um evento chave que desencadeou um processo de institucionalização da ideologia anticomunista no interior das Forças Armadas.

O episódio logo viria a ser nomeado, pelos vencedores, de “Intentona” – intento louco, plano insensato, desvario -, nome com que ficou, por muito tempo, consagrado na história. A própria escolha do termo, já é, portanto, um julgamento do mesmo.

Vargas e os chefes militares promoveram nos meses seguintes à revolta, uma forte escalada repressiva, com decretação de estado de sítio, expulsão de militares de esquerda das Forças Armadas, prisão de parlamentares acusados de ligação com a Aliança Nacional Libertadora e criação de um Tribunal de Segurança Nacional, que condenou milhares de pessoas.

Os comunistas Brasileiros foram acusados de serem “elementos a serviço de Moscou” e, portanto, traidores da Pátria. Já os militares que tomaram parte na revolta, foram, em particular, acusados de dupla traição: não só de trair o país como da própria instituição militar; feridas em dois pilares – hierarquia e a disciplina. Foram também acusados de covardia, devido principalmente a denúncia de que no levante do Rio teriam assassinado colegas de farda ainda dormindo.

...desgraça ali praticada por soldados desgarrados, que tentavam entregar a pátria ao imperialismo russo, numa flagrante traição ao País. (ARAGÃO,

Nos anos seguintes, os vencedores de 1935, principalmente os chefes do exército, foram cristalizando um relato sobre o evento que tinha como ponto central a ideia de traição. Dentre os elementos do imaginário anticomunista que ganharam colorido mais forte, esta a associação de comunismo com o mal, representado como uma enfermidade.

Embora a oposição de amplos setores militares ao comunismo anteceda a revolta, foi a partir desse momento que os comunistas passaram a ser claramente identificados com o maior inimigo.

Esse processo teve como foco a institucionalização, pelos militares, de uma comemoração no aniversário da vitória sobre a “Intentona”. O ritual de rememoração dos mortos do Governo, repetido a cada ano no Rio de Janeiro, tornava seu “sacrifício” presente, renovava os votos anticomunistas dos militares e socializava as novas gerações nesse mesmo espírito.

Em 1 de janeiro de 1936, por ocasião da passagem de ano, ainda sob impacto dos acontecimentos de 1935, o Presidente da República incluiu no discurso as seguintes palavras:

Alicerçado no conceito materialista da vida, o comunismo constitui-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã. À luz da nossa formação espiritual, só podemos concebê-lo como o aniquilamento absoluto de todas as conquistas da cultura ocidental, sob o império dos baixos apetites e das ínfimas paixões da humanidade – espécie de regresso ao primitivismo, às formas elementares da organização social, caracterizadas pelo predomínio do instinto gregário e cujos exemplos típicos são as antigas tribos do interior da Ásia... Em flagrante oposição e inadaptável ao grau de cultura e ao progresso material do nosso tempo, o comunismo está condenado a manter-se em atitude de permanente violência, falha de qualquer sentido construtor e orgânico, isto é, subversiva e demolidora, visando, por todos os meios, implantar e sistematizar a desordem... (VARGAS, Getúlio. Discurso em 1 de janeiro de 1936).

Governando constitucionalmente a partir de 16 de julho de 1934, Vargas enfrentaria, até novembro de 1937, o renascimento do descentralismo político e a projeção brasileira dos sistemas ideológicos totalitários em expansão na Europa. De 1934 a 1937, a nação vivera em permanente agitação política, culminando no levante comunista de 1935.

Segundo o historiador Rodrigo Motta em *A Invenção do Exército Brasileiro*, a comemoração da “Intentona” foi antecipada em mais de dois meses como tentativa de acelerar a mobilização anticomunista e dessa forma, ajudar a preparar o clima que levaria, em breve, ao golpe do Estado Novo. A sequência de fatos parece justificar sua opinião. Apenas uma semana mais tarde foi divulgado o Plano Cohen que supostamente tratava de instruções da Internacional Comunista para uma nova tentativa violenta de tomada de poder no Brasil. Quando na verdade o documento havia sido forjado pelo capitão Olímpio Mourão Filho, militante da Ação Integralista Brasileira, que só vinte anos mais tarde reconheceria a fraude.

A divulgação do suposto plano comunista serviu de base para decretação do novo período de estado de guerra e pavimentou o curto caminho que faltava para o golpe de novembro.

Vargas governava, a partir de 1937, como sempre pretendia, desde que se pusera a frente da Revolução, de forma incontestável, sem freios e sem limitações, sem congresso, sem governos estaduais autônomos, sem partidos políticos, sem quaisquer eleições.

Em um pronunciamento para as Forças Armadas, o ex-presidente Getúlio Vargas em 12 de dezembro de 1940 discursou falando a respeito de sua contribuição para a modernização da instituição disse:

Como vós fui soldado e encontrei na camaradagem das armas uma escola de lealdade, de abnegação e desinteresse, com o que continuo servindo ao Brasil, somando o meu esforço ao vosso e ao de todos os patriotas, para torná-lo cada vez mais prospero. (O GUARARAPE, 2004. p.2)

Podemos conferir esses esforços realizados por Vargas para tornar o exército mais próspero e moderno no informativo militar O Guararape:

Sua contribuição para o progresso, relativamente ao Exército, foi a mais marcante da História do Brasil. Sob seu governo a doutrina do Exército, em seus campos organização, Equipamentos, Ensino e Instrução, Motivação e Emprego, atingiu a maior expressão e progresso relativos, ao longo do processo histórico brasileiro. O Guararape – Órgão de Divulgação das Atividades da Academia de História Militar Terrestre do Brasil.

Não só o efetivo do Exército cresceu 100% como esta modernização

forneceu quadros e tropas para as 50 unidades criadas. Para disciplinar toda a organização foram promulgadas as leis de Organização do Exército e do Ministério de Guerra; do Serviço Militar; das promoções; da Inatividade, etc. Foram criados os Regulamentos Básicos: Disciplinar, Serviços Gerais, de Continência, de Administração, e um conjunto de instruções, portais e etc. Alterando profundamente a organização do Exército. (O GUARARAPE, 2004. p. 2 – 3).

Fica claro aqui os esforços para tornar o exército uma instituição mais firme, coesa e de âmbito nacional.

A primeira comemoração da intentona sob o novo regime, em 1938, foi importante e trouxe como novidade um decreto de Vargas determinando que os restos mortais de oficiais e praças fossem reunidos em uma só sepultura no Cemitério São João Batista, onde deveria ser construído um mausoléu.

O mais importante era que o monumento servisse para fortalecer laços corporativos entre Exército e Marinha, unidos contra um inimigo em comum (Aeronáutica só seria criada em 1941). Além disso, ao retratar apenas soldados do exército e da marinha, deixava de lado os integrantes das forças policiais dos estados do Nordeste, principais protagonistas na repressão aos levantes que ocorreram em Recife e Natal, inclusive sofrendo mais baixas que as tropas federais, que foram maioria apenas no Rio. Essa opção era conveniente numa época em que o poder central lutava para enquadrar as outrora poderosas forças policiais estaduais, submetendo-as ao controle do exército. O papel secundário conferido pela memória oficial aos acontecimentos do Nordeste fica evidente na própria escolha do dia 27 para comemoração, e não 23, quando estourou a rebelião em Natal, ou 24, no Recife. A formalização de uma memória opera fazendo seleções deixando de lado outras possibilidades. (CASTRO, 2002. p. 56-7).

A partir deste momento, o conceito de representação aparece como distintivo da Nova História por marcar o impacto provocado pelo nível cultural na dinâmica política. Esse impacto justifica o uso de obras publicadas com o intuito de educar a população.

No ano de 1937, a então denominada Bibliotheca Militar (precursora da atual Bibliex) lança um livro sob o título *Em Guarda contra o Comunismo*, esse foi o primeiro livro editado pela biblioteca Militar para compor sua “Coleção C”, que compreendia o que a editora classificou como “obras de educação”. Não podemos ignorar o fato de que a

partir deste momento, a “Intentona” se torna peça fundamental em uma batalha ideológica.

O prefácio da obra contém oito parágrafos, onde em cinco deles, é enfatizado que os colaboradores não faziam ideia que suas palavras seriam reunidas e publicadas, reforçando a ideia de espontaneidade das afirmações presentes no texto. Na primeira parte da obra, encontram-se discursos do presidente Getúlio Vargas, entre eles um pronunciamento de primeiro de janeiro de 1936 onde usa como exemplo típico de primitivismo as tribos no interior da Ásia onde, no discurso varguista, se fixaria o permanente estado de violência. Encontra-se também, cartas pastorais destacando o “*comunismo ateu*”. O comunismo aparece então como inimigo da civilização, como responsável por aniquilar as conquistas da cultura ocidental, associando o comunismo ao atraso.

Em carta pastoral assinada pelo Cardeal Arcebispo D. Sebastião Leme fala sobre o comunismo ateu aos fiéis:

...Gravíssimo, entre os mais graves e angustiosos da história, é o momento atual, em que se debate a humanidade, inquieta, em todos os continentes, pelos assaltos organizados do comunismo sem Deus... Cardeal Arcebispo D. Sebastião

Vargas justifica as Leis de Segurança do regime e o esforço crescente da autoridade, argumentando que o comunismo pretendia aniquilar a Pátria, a família e a religião. Mesmo argumento encontrado em cartas pastorais transcritas no livro, onde a família deixa de ser, em um regime comunista, uma instituição divina. O estado desaparece, e a religião passa a ser alvo de um ódio que tem por finalidade seu extermínio.

Dando sequência a lógica do livro, os capítulos seguintes têm como objetivo mostrar que a ditadura do proletariado fora um sonho que não se pode materializar, os artigos denunciam as diferenças entre os salários de técnicos e altos funcionários, além de deixar subentendido que a classe trabalhadora no Brasil estaria em melhor situação, já que na Rússia não havia a lei de 8 horas e o recebimento por horas extras. A intenção não é apenas demonstrar a realidade soviética, mas enaltecer o governo brasileiro associando-se ao avanço.

Por fim, o tema intentona é mais amplamente abordado, porém, caracterizado como um ataque diabólico e infernal. Mais uma vez a ideia de primitivismo aparece, só

que desta vez não apenas para caracterizar os comunistas em sua amplitude, mas especificamente para os participantes da intentona de 1935. A partir desta perspectiva os autores passam a justificar o estado de guerra, alegando que o estrangeiro invasor estava no Brasil.

A ultima parte do livro é intitulada: As vítimas do atentado comunista de 1935 onde os mortos são apresentados e o projeto de lei que trata da construção de um monumento em homenagem aos mortos.

As palavras de Carlos Maul (Jornalista, escritor e poeta) em conferencia realizada na Liga de Defesa Nacional em primeiro de junho de 1936 enfatizam a necessidade de que a educação deve ter papel crucial na direção da política, pois, seria ela a responsável por criar uma noção de pátria. Uma forma de combater as “ideias alienígenas”, que seriam deformantes do espirito nacional. O comunismo teria, segundo Maul, como maior inimigo, o nacionalismo. O brasil seria vitima do que o autor chamou de tenacidade alienígena, fazendo menção ao bolchevismo, que seria uma ideia importada.

A historiadora e antropóloga Giralda Seyferth, em artigo que trata da assimilação dos imigrantes como questão nacional, esclarece que a categoria “alienígena” “englobava os imigrantes e descendentes de imigrantes classificados como não assimilados, portadores de culturas incompatíveis com os princípios de brasilidade. A autora destaca ainda que teve lugar no brasil de 1937 a 1945 uma “campanha de nacionalização”, que teve como ator preponderante o exército.

Conclusão

Em diversas obras produzidas pela Biblioteca do Exército referente ao levante comunista de 1935, percebemos que há uma representação dos comunistas como seres monstruosos. Esta banalização proposital carrega uma estratégia de exclusão política justificada pelo uso da violência. A estratégia é transformar tudo o que ameaça a ordem estabelecida como inimigo, sobretudo, após a “traição dos irmãos de arma”, “o ataque na escuridão”, entre outros elementos utilizados pelo exército para a construção do monstro militar de esquerda.

Sobre a história dos levantes, o exército, vencedor e portanto quem tem o domínio sobre a história oficial, justifica que no levante ocorrido no Rio de Janeiro o aquartelamento fora atacado à noite, à surdina e que os comunistas teriam matado sentinelas enquanto estes dormiam. Esta versão coloca os revoltados comunistas como traidores do exército e da pátria, criando uma imagem ideologicamente construída sobre os acontecimentos e, principalmente sobre como o exército brasileiro prontamente manteve a ordem e a unidade nacional.

Utilizam esta tática como uma tentativa de expressar identidade, coesão e estabilidade social em meio a uma situação de rápidas transformações histórica, através da invenção de cerimônias e símbolos que evocam continuidade com um passado muitas vezes ideal ou mítico.

Na época do levante o exército não possuía infraestrutura adequada, voltada para a segurança nacional, ou seja, a ausência de uma instituição disciplinar efetiva criou as condições para a sublevação de 1935. É quando o país começa a se definir em termos de nação e a criar as condições para que estado e fortaleça laços com as forças armadas nacionais. O que possibilitou uma maior centralização político administrativa nacional, modernizando, assim, o país e transformando o exército num aparato capaz de manter-se como instituição que assegurava, com sucesso, o monopólio da violência, como prerrogativa do Estado.

O exército brasileiro se desenvolveu com os processos de profissionalização e europeização e tensões e mudanças sociais ocorridas na década de 1920 e início de

1930, e após os levantes de caráter comunista ocorridos em 1935, o perigo da esquerda revolucionária parece ser o principal problema político nacional, apresenta-se como uma força que necessita de toda vigilância, é um dos maiores ameaças a nação brasileira e aos militares.

É aí que entra, além da aversão total e completa ao comunismo, distorcendo a figura do comunismo e dos comunistas colocando-os como monstros, a comemoração anual referente ao que foi posto como intento louco.

Em resumo, os discursos posteriores a 1935, independente da existência ou relevância do comunismo, ainda reforçavam o perigo da presença comunista. A este fato denomino ideologia anticomunista que, posterior aos levantes de 1935 serviu de aparato ideológico para a unificação nacional.

E assim, entre os levantes de 1935 e a implantação do Estado Novo, prolifera-se a ideologia anticomunista nos meios governamentais e mais especificamente no meio militar utilizando-se de publicações da Biblioteca do Exército também como a comemoração da chamada Intentona como forma de manipular a verdade a partir do ponto de vista do vencedor, utilizando-se de símbolos e elementos conscientemente inventados para construir a identidade social do exército.

REFERÊNCIAS BIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Adilson José de. Uniformes da Guarda Nacional (1831 - 1852): a indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada. 1999. 198f. Tese (Mestrado em História Social) – Faculdades de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São paulo. 1999.

ARAGÃO, José Campos de. A Intentona Comunista de 1935. Rio de Janeiro: Bibliex, 1973.

BARATA, Agildo (1978). Vida de um revolucionário: memórias. São Paulo: Alfa-Omega 2 ed.

CARONE, Edgar (1982). O PCB (1922-1943). São Paulo: DIFEL.

CARONE, Edgar (1972). A República Velha. São Paulo: Instituições e Classes Sociais. Difusão Europeia do Livro, 2ed.

CARONE, Edgar (1973). A República Nova (1930 – 1937). São Paulo, DIFEL.

CARONE, Edgar (1986). O marxismo no Brasil (das origens a 1964). Rio de Janeiro: Dois Pontos.

CARVALHO, E. Leitão de. Memórias de um Soldado Legalista. Rio de Janeiro. Imprensa do Exército, 1964.

CARVALHO, Ferdinando de. Os Sete Matizes do Vermelho. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1977.

CARVALHO, Ferdinando de. Lembrai-vos de 35. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército Editora, 1981.

CARVALHO, José Murilo de. Forças Armadas e Política no Brasil. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2005.

CASTRO, Celso e IZECKSON, Vitor e outros. Nova História Militar Brasileira. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2004.

DENYS, Odylio. Ciclo Revolucionário Brasileiro. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1993.

DOLABELLA, Rodrigo. Grupos Subversivos no Brasil – Teoria e Prática. Brasília, 1978.
FERREIRA, Jorge e DELGADO, Luciana de A. Neves. O tempo da Experiência Democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2003.

DONATO, Hernâni. Dicionário das Batalhas Brasileiras: Dos conflitos com indígenas aos choques da reforma agrária (1996). Biblioteca do Exército Editora. Rio de Janeiro, 2001.

LEVINE, Robert M. (1980). O regime de Vargas: 1934-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

LONER, Beatriz Ana (1985). O PCB e a linha do Manifesto de Agosto: um estudo. Campinas: Unicamp (Mestrado do IFCH).

VIANNA, Marly de Almeida Gomes(1992). Revolucionários de 35: sonho e realidade. Companhia das Letras.

MAGALHÃES, J. B. A Evolução Militar do Brasil. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998.

McCANN, Frank D.. Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro 1889 – 1937. Biblioteca do Exército editora, Rio de Janeiro, 2009.

MIR, Luís. A Revolução Impossível: A Esquerda e a Luta Armada no Brasil. São Paulo, 1994. editora Best Seller.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. Os Militares de Esquerda Como Monstros Políticos: A Partir da Ressignificação da Memória de 35. *Revistas Sociais e Humanas*, Santa Maria, v. 20, n.1, p.127 – 139, 2007.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em Guarda Contra o Perigo Vermelho. São Paulo, Perspectiva/Fapesp, 2002.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. A Revista a Defesa Nacional e o Projeto de Modernização do Exército Brasileiro (1934-1938). In: MOSTRA DE PESQUISA DA PÓS GRADUAÇÃO PUCRS, IV, 2009. Anais da IV Mostra de Pesquisa da Pós Graduação. Porto Alegre: ediPUCRS, 2009. p. 955 – 960.

OLIVEIRA, Natália Vial de. A Intentona Comunista na Bibliex: Em Guarda contra o Comunismo IN: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH, XIV, 2010, Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio, Rio de Janeiro: NUMEN, 2010.

PACHECO, Eliezer (1984). O Partido Comunista Brasileiro: 1922-1964. São Paulo: Alfa-Omega.

PINHEIRO, Paulo Sergio (1991). Estratégias da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935. São Paulo: Cia das Letras.

PORTO, Eurico Bellens (1936). A insurreição de 27 de novembro:relatório. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.

REIS, Daniel Arão (et al)(org). O Golpe e a Ditadura Militar 40 Anos Depois. Bauru, Edusc, 2004.

ROUQUIÉ, Alain (org). Os partidos Militares no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 1980.

SILVA, Hélio (1969). 1935: a revolta vermelha. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (O ciclo de Vargas, vol. 8).

SOARES, A.C. Otoni (org) (1985). Os 50 anos da primeira intentona comunista. São Paulo: A.C.O. Soares. Impresso na Agência O Estado de São Paulo.

SODRÉ, Nelson Werneck (1987). A intentona comunista. Porto Alegre: Mercado Aberto.

SODRÉ, Nelson Werneck. A História Militar do Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 1979.

WAACK, William (1993). Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da revolução brasileira de 1935. São Paulo: Cia. das Letras.